

# A cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa: mudanças, persistências e reconfigurações

## Carla Cerqueira

Doutora em Ciências da Comunicação, especialidade de Psicologia da Comunicação. É bolsista de pós-doutoramento (SFRH/BPD/86198/2012) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), dedicando-se sobretudo aos estudos sobre gênero e mídia. É também docente da Universidade Lusófona do Porto.

E-mail: carlaprec3@gmail.com

## Rosa Cabecinhas

Doutora em Ciências da Comunicação (área de conhecimento Psicologia Social da Comunicação). É docente do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Atualmente é diretora do programa doutoral em Estudos Culturais (Universidade do Minho/Universidade de Aveiro).

E-mail: cabecinhas@ics.uminho.pt

**Resumo:** O campo jornalístico, enquanto espaço de debate e enquadramento de determinadas temáticas e grupos, assume um papel central na (re)construção das representações simbólicas de gênero. Uma grande parte das análises desenvolvidas no âmbito dos estudos feministas das mídias tem centrado a atenção no cotidiano da cobertura noticiosa. Nesse domínio importa também analisar momentos concretos, nomeadamente as efemérides, enquanto alavancas que podem proporcionar maior visibilidade jornalística.

Este artigo tem como principal objetivo analisar a evolução da cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa (1975-2007). Focamo-nos em um período que se prolonga por mais de três décadas, as quais ficaram marcadas por profundas transformações na sociedade em geral, nos movimentos de mulheres e/ou feministas e nas mídias em particular.

**Palavras-chave:** Dia Internacional das Mulheres; Gênero; Cobertura jornalística; Jornais; Portugal.

**Title:**The journalistic coverage of the International Women's Day in Portuguese press: changes, persistences and reconfigurations

**Abstract:** The journalistic field, as an area of debate and framework of certain themes and groups, assumes a central role in the (re)construction of symbolic gender representations. A large part of the analyses developed in the context of feminist media studies has focused their attention on daily news coverage. In this area it is also important to analyse concrete moments, including events, as levers that can provide greater journalistic visibility.

This paper aims to analyse the evolution of the news coverage of the International Women's Day in Portuguese press (1975-2007). We focused on a period that expands over three decades, which were marked by profound transformations in society in general, in the women's and/or feminist movements and in the media in particular.

**Keywords:** International Women's Day; Gender; News coverage; Newspapers; Portugal.

## Introdução

No campo dos estudos feministas das mídias, uma grande parte da investigação tem dado atenção ao cotidiano da informação jornalística. Nesse sentido, existe uma lacuna de estudos que se focuem nas efemérides enquanto propiciadoras de matéria noticiável, ou seja, enquanto âncoras informativas, questionando de que forma se verifica o enquadramento destas. É com essa perspectiva que olhamos para a cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres, sendo esta uma das efemérides mais marcantes para as organizações e ativistas que lutam pela igualdade de gênero. À importância científica desse trabalho junta-se a relevância social, uma vez que permite um olhar crítico sobre as narrativas jornalísticas, de que forma as temáticas relacionadas à igualdade de gênero, mulheres e feminismos conseguem ganhar visibilidade na agenda jornalística e em que medida poderão contribuir para a transformação social.

Portanto, neste estudo colocamos a tônica em um conhecimento temporal e geograficamente localizado e partimos para a investigação com o objetivo de analisar a evolução da cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa (1975-2007). Focamo-nos em um período que se prolonga por mais de três décadas, as quais ficaram marcadas por profundas transformações na sociedade em geral, nos movimentos de mulheres e/ou feministas e nas mídias em particular.

## Mulheres, gênero, feminismos e jornalismo

Um dos grandes desafios que o movimento feminista teve desde a década de 1960 foi perceber o poder que os meios de comunicação tinham na construção de identidades, isto é, como agentes de produção das representações e práticas que definem o gênero (BETTERTON, 1987; SILVEIRINHA, 2004; VAN ZONEN, 1994). Em um momento em que os papéis de gênero mudavam consideravelmente na sociedade ocidental, as mídias continuavam a usar imagens que não eram compatíveis com a diversidade de papéis assumidos pelas mulheres (CARTER, STEINER, 2004; GALLAGHER, 1981; TUCHMAN, 1979; VAN ZONEN, 1994). Além disso, em relação aos movimentos de mulheres e/ou feministas, os meios de comunicação social muitas vezes contribuíram para a (re)construção de significados que não favoreciam a sua legitimidade e a constituição de uma imagem que lhes permitisse captar mais simpatizantes, expressar os seus posicionamentos e lutar amplamente pelas suas causas, dando-lhes visibilidade na esfera pública (ASHEY, OLSON, 1998; BARAKSO, SCHAFFNER, 2006; GALLAGHER, 1981; MCNEIL, 1975; RHODES, 1995; ROBINSON, 1978). Evidentemente os movimentos que criaram canais de comunicação específicos e, por isso, de certo modo alternativos, sabiam que a mídia *mainstream* era uma plataforma de mobilização e sustentação pública dos seus ideais, e que era fundamental marcar presença na sua agenda, o que justifica a organização de diversas iniciativas. Todavia, a partir da década de 1980 o discurso do *backlash* (FALUDI, 1991) começa a ser marcante, pois sempre que as mulheres alcançavam metas no que se refere à igualdade, existia uma escassa visibilidade nas mídias, demonstrando que o movimento feminista já não era considerado necessário.

Face a esse cenário, os eventos que conseguiam mais facilmente penetrar na agenda jornalística eram precisamente as efemérides e as grandes manifestações, daí a importância de analisarmos o Dia Internacional das Mulheres enquanto pseudoevento (BOORSTIN, 1961; BURD, 1989), o qual serve para a sociedade civil e as entidades e organizações que a compõem, bem como determinadas temáticas, conseguirem entrar com mais facilidade dentro dos “valores-notícia”. É nesse momento que muitas fontes de informação se constituem como pró-ativas e tentam colocar na esfera pública seu ponto de vista sobre determinado assunto. Em alguns casos acabam mesmo por recorrer a eventos chocantes, devido a maior probabilidade de serem noticiados. No entanto, essa estratégia

cria também várias limitações, sobretudo relacionadas ao conceito de “realidade” que é colocado em questão por se tratarem de eventos planeados e porque existem várias iniciativas concorrendo entre si para serem notícia, o que pode suscitar mais aparato do que substância.

Em relação ao Dia Internacional das Mulheres, apesar de existirem vários entendimentos sobre a questão, principalmente sobre a sua gênese (GREVER, 1997; KAPLAN, 1985), considera-se que é uma das efemérides mais marcantes para o movimento de mulheres e/ou feminista e que permite colocar na esfera pública algumas temáticas relacionadas às assimetrias de gênero.

Nesse campo, as mídias são encaradas enquanto importante fonte de representações sobre as mulheres, isto é, enquanto sistema legitimado na esfera pública e local de debate sobre várias questões, daí a sua pertinência para as organizações da sociedade civil que trabalham com estes temas. Convém, no entanto, esclarecer que as representações não são simplesmente “fabricadas” pelos meios de comunicação social, mas resultam da interação entre indústrias culturais, audiências, instituições sociais e a própria sociedade em geral, o que torna essa problemática extremamente complexa, uma vez que falamos de relações de poder estrutural que é preciso desconstruir. Quando nos referimos às mídias centramos a questão nos discursos e na importância que estes assumem enquanto formas de poder. Assim: “defining gender as discourse leads to the question of what “role” the media play in gender discourse and how that role is realized” (VAN ZONEN, 1994, p. 41). Nesta acepção, parece-nos crucial a sua designação como “[...] (social) technologies of gender, accommodating, modifying, reconstructing and producing disciplining and contradictory cultural outlooks of sexual difference” (ibid., p. 41).

Portanto, neste ensaio interessa-nos refletir sobre os discursos jornalísticos, encarados como representações da “realidade” e com papel preponderante na formação da opinião pública. Muitas vezes é através da informação veiculada pelas mídias noticiosas que as pessoas têm acesso a determinados acontecimentos e assuntos. Acrescem aqui dois aspectos ligados às rotinas profissionais jornalísticas que são relevantes para esta negociação: o agendamento, o qual é equiparado a uma primeira agenda temática que diz ao(s) público(s) sobre “o que pensar”; e o enquadramento, sendo que este atua como uma agenda adicional que direciona o tema para determinado ângulo, valorizando certas características e propondo formas de pensar sobre o assunto (MCCOMBS, REYNOLDS, 2002).

Nesse sentido, ao analisarmos os discursos jornalísticos, a metáfora das mídias como janela aberta para o mundo dá lugar à metáfora da pirâmide invertida, em que a forma como se coloca a informação cria o acontecimento e (re)constrói a “realidade” (CAREY, 1986). Assim, temos que colocar em perspectiva várias teorias que dão forma à produção dos conteúdos, visto que as instituições midiáticas são extremamente complexas e é nesses meandros que se movem diferentes interesses. Basta pensarmos na seleção das fontes que devem ser operadas, nos constrangimentos de tempo e nas questões relacionadas à economia política das mídias, entre outras.

Nessa envolvência “o jornalismo é, por definição, o discurso da excepcionalidade, e tudo o que em princípio rompe o quotidiano, inverte o estereótipo ou vai contra a norma converte-se em significativo” (GALLEGO, 2009, p. 47).

Por detrás das imagens “lisas” dos textos mediáticos que nos dão retratos que consumimos de modo acrítico ou que, pelo contrário, reconhecemos como “distorcidas” residem complexas lutas em torno dos significados, da sua produção, da sua compreensão e das suas implicações normativas. (SILVEIRINHA, 2009, p. 8).

Através das rotinas jornalísticas, os meios de comunicação acabam por privilegiar o ponto de vista dominante, contribuindo para a homogeneização de determinados grupos (CABECINHAS, 2007), legitimando as relações de poder existentes na sociedade, deixando uma pequena margem para as estratégias de resistência discursiva. Esse tratamento desigual diminui ou afasta da esfera midiática o ponto de vista e a voz dos grupos menos favorecidos.

Concordamos com Yolanda Tejedor (2007) quando diz que a denúncia da desigualdade é uma responsabilidade própria da comunicação social que visa mudar estruturas injustas desde a raiz, demonstrando a pertinência que esta assume para os movimentos sociais em geral e para os que trabalham com as assimetrias de gênero em particular. No entanto, diversos estudos (ÁLVARES, 2010; BARRENO, 1976; CERQUEIRA, 2008, 2012; DÍEZ, 2005; FARRÉ et al., 1998; GALLAGHER, 1981, 2001, 2006; GALLEGRO, 2013; MONTEIRO, POLICARPO, 2002; MOTA-RIBEIRO & PINTO-COELHO, 2005; ROSS, 2009; SILVEIRINHA, 2006; TUCHMAN, 1978, 1979) concluem que continua a existir uma espécie de apagamento das “lentes de gênero” na informação.

No que concerne às mídias informativas, nosso foco são os jornais, pois permitem o convívio de diferentes linguagens, sendo estas cruciais para a construção de narrativas que cativem e liguem o público a determinados acontecimentos e problemáticas. Entendemos que é fundamental olhar para o conteúdo jornalístico tendo em consideração o cruzamento dessas dimensões, uma vez que grande parte das análises focaram-se apenas nos textos ou nas fotografias. Pensamos que essa estratégia é redutora, pois as várias linguagens criam diferentes significados. Se os textos são encarados como (re)construções, não raras vezes as fotografias produzem uma “impressão de realidade que no contexto da imprensa se traduz por uma impressão de verdade” (VILCHES, 1993, p. 19). Porém, se quem fotografa muda a cena pode também mudar o acontecimento (Ibid.), além de recorrer a um conjunto de técnicas que lhe permite dar um significado intencional (ROBLEDANO, 2000).

Além disso, se há algumas décadas se falava predominantemente de um sexismo flagrante visível na produção jornalística, hoje em dia aponta-se para a predominância de um sexismo sutil e sofisticado (ROJO, GALLEGRO, 1997; LAZAR, 2005; GILL, 2007). Assim, interessa-nos perceber como os discursos textuais se articulam com as mensagens visuais no seio das narrativas jornalísticas e como estas concorrem para desconstruir ou (re)construir as assimetrias de gênero.

Segundo Leslie Steeves (2007, p. 192) “feminist and social theories may be helpful in understanding shared patterns of oppression and resistance”. Concordamos com a autora, pois é nessa tensão entre os discursos dominantes e as narrativas de resistência que os meios de comunicação social se movem. Byerly e Ross (2006) realçam a importância do ativismo e da investigação na criação de alicerces conjuntos, pois só dessa forma a mudança social é possível. É com esse intuito que esta abordagem feminista das mídias se afirma como “explanatory, political, polyvocal and transformative” (WACKWITZ, RAKOW, 2007, p. 258).

Ademais, estudar os discursos veiculados pelos meios de comunicação social é de suma relevância na medida em que a linguagem não é um instrumento neutro e objetivo para apreender a(s) realidade(s), mas um produto elaborado que reflete o complexo sistema de crenças, ideias, atitudes, concepções e elaborações da sociedade, o qual permite dar sentido ao que nos rodeia (PLAZA, DELGADO, 2007). Consideramos fundamental atentar sobre a linguagem e as representações, pois tão importante quanto a invisibilidade é a forma como se dá visibilidade a determinados assuntos e atores/atoras sociais.

### **Portugal: gênero, feminismos, Dia Internacional das Mulheres e mídia**

Como todo o conhecimento é localizado (HARAWAY, 1991) deve-se perceber as especificidades do contexto português, as quais advêm do percurso sócio-

histórico marcado pelo período ditatorial do Estado Novo, que contribuiu para o apagamento da memória das lutas feministas (TAVARES, 2011), ao mesmo tempo que utilizava os meios de comunicação social como espaços de propaganda ideológica do regime (PIMENTEL, 2007). Simultaneamente, os estudos de gênero/feministas surgiram tardiamente, por isso, ao compará-los com o panorama internacional ainda são posicionados como uma área marginal no seio da academia portuguesa (AMÂNCIO, 2003), Apesar disso, é consensual que, com os diversos desenvolvimentos ocorridos, atualmente trabalhar nessa área, nos mais diversos contextos, é de extrema complexidade (VAN ZONEN, 2010).

Durante o regime ditatorial do Estado Novo, que esteve vigente em Portugal desde 1926 até 1974, vigorava a trilogia “Deus, Pátria, Família”. Assim, o regime fascista estabeleceu o lar como local das mulheres, para o cuidado dos filhos e do marido considerado o “chefe de família”, cristalizando a secular dicotomia público/privado, impedindo sua desconstrução e acentuando uma justificação baseada na naturalização das funções genderizadas (TAVARES, 2000). A propaganda política, a par da criação de organizações femininas estatais (como a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães pela Educação Nacional), tinha como propósito a explicação dos papéis de gênero diferenciados, apresentava as mulheres como o “suporte da família” e mostrava às operárias a importância de regressarem ao lar (PIMENTEL, 2001).

Para o regime, os movimentos feministas eram vistos como inimigos que deveriam ser destruídos. Por isso estes permaneceram praticamente até ao final do período ditatorial (FIDALGO, 2002). A irrupção de um discurso marcadamente feminista demorou a se concretizar e só quase nos últimos anos de ditadura começou a ganhar força e visibilidade. Como explica Vanda Gorjão (2007, p. 111), “apesar de defenderem a dignificação da mulher na sociedade e a igualdade de direitos, nem todos os grupos e associações de mulheres se autodesignaram expressamente feministas”. Também se constata que a oposição feminina ao Estado Novo nem sempre foi feminista, pois algumas dessas mulheres não tinham uma consciência crítica da discriminação de gênero, e nos circuitos oposicionistas ainda se verificava a manutenção e legitimação dos papéis tradicionais de homens e mulheres (Ibid.). Portanto, os grupos que foram surgindo tinham percursos difíceis, algumas vezes incompreendidos. Grupos de mulheres, núcleos feministas, coletivos que não se assumiam como tal, mas que baseavam os seus princípios no ideário feminista, é assim a teia que compõe o movimento em Portugal.

Além disso, no período do Estado Novo, especificamente na década de 1950, algumas mulheres/coletivos começaram a celebrar o Dia Internacional das Mulheres. Essas iniciativas eram organizadas predominantemente por mulheres trabalhadoras que reivindicavam melhores condições de trabalho e a diminuição do custo de vida. Essas mulheres estavam concentradas sobretudo nas grandes cidades e pertenciam à classe operária.

Ainda em relação a esse tópico deve-se sublinhar que vários estudos mencionam a importância do associativismo para o empoderamento das mulheres (TAVARES, 2011). No caso português é preciso ter atenção ao fato de este só começar a ganhar peso depois da revolução de 25 de Abril de 1974 (VICENTE, 1998) e de estar praticamente diluído nas movimentações sociais da época (MAGALHÃES, 1998; TAVARES, 2011).

Em Portugal as primeiras celebrações oficiais do Dia Internacional das Mulheres ocorreram em 1975, em um período já de democracia, com a instituição das Nações Unidas do Ano Internacional das Mulheres. Nos primeiros anos as comemorações focavam-se essencialmente na reivindicação de direitos políticos e jurídicos. Aliás, as manifestações de mulheres diluem-se nas movimentações mais gerais por melhores condições de vida. No caso português, uma das grandes lutas que marcou o movimento feminista nas últimas décadas e que levou à

coesão das diversas correntes foi a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que só foi concretizada em 2007. A partir da década de 1990 a temática da violência doméstica e a igualdade entre homens e mulheres nas mais diversas áreas profissionais, com ênfase no domínio político, marcam a agenda dos movimentos de mulheres e/ou feministas.

### Opções metodológicas

Este estudo aborda a evolução dos discursos jornalísticos sobre o Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa. O *corpus* de análise é composto pelos artigos publicados sobre as comemorações da efeméride em dois jornais diários generalistas de grande tiragem – Jornal de Notícias (JN) e Diário de Notícias (DN).<sup>1</sup> Procuramos escolher dois meios de comunicação que existissem em 1975, ano em que foi celebrada pela primeira vez em regime de liberdade a efeméride, e que se mantivessem até à atualidade na lista dos mais lidos e vendidos, pois só dessa forma conseguiríamos traçar uma evolução das narrativas jornalísticas desde a sua gênese. Deste modo, selecionamos as peças noticiosas (textos e fotografias) relativas à efeméride, publicadas nestes jornais de 1975 a 2007, Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Em relação ao período, escolhemos os primeiros 10 dias de Março, pois a celebração oficial ocorre no dia 8 e alguns jornais costumam relatar o acontecimento nos dias que o antecedem ou mesmo posteriormente. Além disso, os eventos realizados pelas diversas organizações da sociedade civil também se concentram nesse período. Em termos metodológicos, em uma primeira fase e para fazer o mapeamento de todo o material (727 artigos) recorreremos à análise de conteúdo, através de um quadro com diversas variáveis usando o *Statistical Package for Social Science* (SPSS). Em uma fase posterior, com o objetivo de aprofundar algumas peças noticiosas e perceber os significados imbuídos nos discursos jornalísticos, utilizamos a análise crítica de discurso (VAN DIJK, 1988) e a sócio-semiótica visual (KRESS, VAN LEEUWEN, 1996; MACHIN, 2007).

### Principais traços da cobertura noticiosa do Dia Internacional das Mulheres

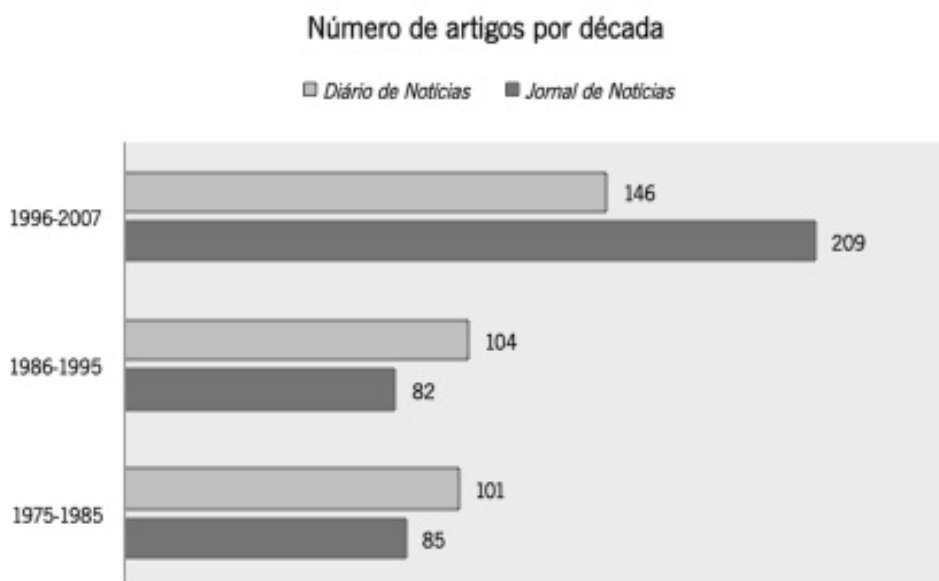
O objetivo deste artigo é analisar a forma como a imprensa portuguesa, especificamente dois jornais diários nacionais de âmbito geral, têm representado o Dia Internacional das Mulheres. Nesta análise encaramos as narrativas jornalísticas como sendo compostas por textos e imagens, o que nos permite fazer determinados cruzamentos que consideramos cruciais, uma vez que os discursos jornalísticos contemplam várias formas de linguagem.

Ao longo dos 32 anos de análise encontramos 727 artigos enquadrados no âmbito da cobertura noticiosa do Dia Internacional das Mulheres, o que revela que essa temática esteve muito presente nestes jornais. No que concerne à evolução noticiosa por décadas, se nas duas primeiras é visível um equilíbrio no número de artigos, a partir de 1996 assiste-se ao aumento expressivo da cobertura jornalística (Gráfico 1).<sup>2</sup> Uma das bases que pode servir de explicação para esse resultado é a realização da Conferência de Pequim, em 1995, enquanto marco impulsionador de uma mudança de paradigma na forma como se encaram as questões relativas à igualdade de gênero a nível internacional. Essa tomada de posição coletiva teve impacto nas políticas de vários países, onde se inclui Portugal (CIDM, 2005). Nessa perspectiva, destacamos o debate iniciado a nível nacional sobre as cotas na política, realizado pela primeira vez por próximo ao Dia Internacional das Mulheres. Paralelamente, em 1996 Jorge Sampaio é eleito Presidente da República, sendo que o seu mandato se caracteriza pela homenagem anual a diversas mulheres, tendo as ações de Estado ligadas à efeméride ganhado maior projeção pública. Além disso, é também nessa década que começam a emergir no espaço público as questões ligadas à violência doméstica, as quais têm regularmente cobertura jornalística. Portanto, pode-se questionar se esse aumento de visibilidade está relacionado à maior organização das fontes noticiosas que lidam com essas temáticas ou se, por outro lado, resulta do aumento da

<sup>1</sup> Segundo os dados do Anuário da Comunicação 2005-2006 do OBERCOM – Observatório da Comunicação (2006), que se baseia no Bareme Imprensa da Marktest e nos dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), na lista das cinco publicações periódicas mais lidas encontramos o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias.

<sup>2</sup> Deve-se destacar que se contabilizarmos unicamente as peças noticiosas de 1996 a 2005, com décadas comparáveis em termos de análise, excluindo os dois últimos anos, temos 303 notícias, um número muito superior às 186 apresentadas nas duas décadas anteriores.

pesquisa dos próprios meios de comunicação social. Todavia, um maior número de artigos não é necessariamente sinónimo de maior e mais profunda cobertura noticiosa.



*Gráfico 1: Evolução do número de artigos por décadas nos jornais (N=727). Fonte: Cerqueira (2012)*

Centrando a análise no conteúdo, se nos seus primórdios esta é (re)apresentada como reivindicação, revelando a grande atividade dos atores/atoras sociais envolvidos, recentemente é mostrada como um evento meramente simbólico. Verificamos, portanto que, nos primeiros anos de comemorações as notícias emergiam no seio da contestação social, a qual levantava publicamente a necessidade de melhores condições de vida e igualdade entre homens e mulheres em termos de mercado de trabalho e acesso a diversas esferas públicas. As mulheres aparecem aqui como grupo, coletividade, de forma bastante homogênea, estando muitas vezes presente um discurso paternalista, sobretudo na voz de homens ligados ao sistema que se posicionam na luta pela igualdade de gênero. Damos como exemplo uma peça do Diário de Notícias que tem como título “Celebra-se hoje em todo o mundo o dia da mulher trabalhadora” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1975)<sup>3</sup> e que frisa o fato de a efeméride ser dirigida às mulheres que trabalham fora de casa ou que possuem uma remuneração.

Aliás, esse fato remete-nos ao tipo de feminismo presente na cobertura noticiosa da efeméride. Nesse campo, pode-se mencionar a existência de um feminismo marxista/socialista presente, sobretudo, nas primeiras manifestações, no qual as mulheres fazem parte da luta pela emancipação da classe trabalhadora, enquanto parte do combate contra o capitalismo. Exemplos dessa corrente são as notícias que sublinham as comemorações do Dia da Mulher Trabalhadora e que enfatizam as manifestações de rua dos sindicatos e organizações de mulheres. Por exemplo, no primeiro ano de comemorações inscrito na nossa análise, verificamos que essa é a mensagem presente nos dois jornais. No Jornal de Notícias de 8 de março de 1975 pode-se ler como título: “Dia Internacional da Mulher: É urgente libertar o subproletariado” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1975). Esta mensagem vai desaparecendo à medida que a convulsão política vai se atenuando, acabando por ficar obscurecida no seio das comemorações e, conseqüentemente, da cobertura noticiosa.

A par desta surge o feminismo liberal, com bastante peso na cobertura noticiosa ao longo das três décadas, o qual reivindica mais leis de igualdade, pelo entendimento de que estas permitirão erradicar as assimetrias de gênero vigentes. Este também é muito visível nos primeiros anos, até porque em 1975, em Portugal, as mulheres

<sup>3</sup> As notícias foram fotografadas dos jornais para ser analisadas. Todo o trabalho foi feito nos arquivos bibliotecários e não se encontra disponível em formato digital para ser consultado. Essa notícia não está assinada porque nas primeiras décadas de análise a esmagadora maioria das notícias não era assinada. A questão da escrita anônima é pertinente, uma vez que se trata de um tipo de produção jornalística cuja responsabilidade é unicamente da direção do órgão de comunicação e não partilhada entre jornalistas e chefias, tal como acontece nos artigos assinados. Constatamos que as raras exceções com assinatura nesses primeiros anos eram as dos correspondentes no estrangeiro. Quanto à paginação, trata-se de uma notícia que foi chamada de primeira página e que ocupa meia página do lado esquerdo. Nessa época os jornais tinham dimensões bem diferentes das que têm na atualidade, eram do tamanho dos chamados *broadsheet*.

não tinham acesso a várias profissões, sendo que a lei da família as remetia ao papel de submissão face ao marido. A veia apologética deste tipo de feminismo censura as especificidades vividas pelas mulheres (PATEMAN, 1997), uma vez que pretende torná-las iguais em termos de direitos aos homens. Valoriza o enquadramento jurídico, mas ignora que as transformações legais não garantem a mudança em termos de dinâmicas sociais (CERQUEIRA, CABECINHAS, 2012).

O feminismo apelidado de radical não chega a ganhar voz nessas mídias *mainstream*, a não ser com a colocação das questões de direitos sexuais e reprodutivos, como a luta pela despenalização do aborto. Mencionamos ainda que esta teve também uma frente visível ligada à corrente liberal, relacionada com a mudança dos normativos legais, sendo a face mais presente na cobertura jornalística da temática.

Com o passar dos anos predomina a corrente liberal, considerada mais moderada, e por isso socialmente mais aceita, ou seja, possui um ideário que gera maior consenso público (ÁLVARES, 2007; NOGUEIRA, 2001). A retórica do pós-feminismo, caracterizado pela valorização de uma mulher empoderada e que consegue triunfar em um mundo “dominado por homens” também assume grande destaque nesses jornais (DEAN, 2010). As nossas conclusões apresentam-se, assim, na linha dos trabalhos desenvolvidos por Cláudia Álvares (2007) sobre o contexto português.

Em termos de resultados é também de salientar que o tópico pertinente às notícias sobre o Dia Internacional das Mulheres é a igualdade, definida como a capacidade para inverter os papéis tradicionais de gênero. Por um lado o poder é conceitualizado como o talento para penetrar na esfera pública (daí a associação da efeméride ao trabalho), em que as mulheres aparecem com características tradicionalmente associadas ao “masculino”, isto é, como casos excepcionais. Há ainda uma espécie de fusão entre os traços de “masculinidade” e “feminilidade”, muitas vezes destacada. Exemplificando, numa notícia do Jornal de Notícias (OTÃO, 2007), com o título “Exército, Marinha e Força Aérea celebram Dia da Mulher” há a referência ao fato de estas mulheres serem um exemplo de sucesso em uma área em que existem poucas, ao mesmo tempo que se alude ao “cabelo cuidadosamente penteado” da entrevistada ou à forma como concilia a esfera familiar e profissional através da expressão “com a aliança de casamento ainda reluzente no dedo”. Nas notícias mostra-se essa visão dicotômica do mundo (público/privado; homem/mulher; família/carreira), como se elas tivessem que ser responsabilizadas pela conciliação. “Ser super-mulher em casa e no trabalho gera desequilíbrios. As portuguesas andam cansadas e comem mal, apesar de informadas” é possível ler no Diário de Notícias (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1975), em uma notícia que tem como título “E a Eva comeu a maçã”, o que mereceria um aprofundamento em termos de conotação da mulher como fonte de pecado.

Neste domínio, poderíamos expor uma visão dicotômica apresentada pelos jornais em que as mulheres ou são alvo da fatalidade a que estão sujeitas e não saem da sua situação de subalternidade ou são seres “especiais” e que conseguem triunfar em um mundo dominado pelos homens. No segundo caso o enquadramento dado pelos jornais destaca uma retórica da meritocracia, colocando sempre a tônica nas justificações dadas pelas mulheres que conseguiram alcançar determinado lugar, silenciando as desigualdades sociais estruturais que persistem. Um exemplo desse tipo de discurso está presente em uma notícia do Diário de Notícias com o título “Só uma mulher está presente nas grandes empresas cotadas na bolsa”. Nessa notícia uma das fontes escolhidas é precisamente a mulher protagonista, a qual refere: “Felizmente nunca senti qualquer constrangimento na minha carreira pelo fato de ser mulher” (CAETANO, 2006).

Desde que a temática da violência, sobretudo doméstica, entrou na esfera pública em Portugal, isto é, a partir da década de 1990, os meios de comunicação



social costumam aproveitar essa efeméride para apresentar dados estatísticos ou exemplos de casos chocantes. Na representação das mulheres enquanto vítimas visíveis nesses jornais, salienta-se o estereótipo “feminino” ligado à expressividade e dependência. As notícias apelam ao lado emocional e iniciam uma “narrativa das coitadinhas” (SILVEIRINHA, 2004), não fazendo a problematização desse flagelo social. Por exemplo, no Jornal de Notícias de 8 de Março de 2006 há uma grande reportagem em que se apela ao choque dos(as) leitores(as) recorrendo aos relatos de uma vítima. Com o título “Mal me quer, mal me quer, mal”, a reportagem cita uma fonte que menciona: “o marido obrigava-a a prostituir-se por um maço de tabaco, mas Maria parece que não sabe muito bem o que isso significa”(WATSON, 2006).

As mulheres enquanto especialistas em determinada área continuam a não ser as detentoras da palavra. Simultaneamente, as mulheres anónimas e as organizações feministas e de promoção pela igualdade de gênero são quase silenciadas pela imprensa. Verificamos um acesso desigual dos coletivos a esses meios de comunicação social. Ao longo da análise diacrônica percebemos uma maior visibilidade e mesmo permanência constante de determinado tipo de organização na arena midiática. Ou seja, se algumas organizações da sociedade civil conseguem se constituir como fontes da informação, a maioria não tem grande visibilidade, o que nos leva a questionar também os tipos de iniciativas realizadas e as estratégias de comunicação utilizadas.

Inicialmente ressalta-se a presença do grupo “mulheres”, o que demonstra falta de visibilidade e diversidade de papéis existentes na sociedade portuguesa. O coletivo “mulher” dos anos 1970 e 1980 começa a dar lugar à individualização já na década de 1990. Nesse sentido, quando os jornais apresentam a “mulher pós-feminista” caracterizam-na como individualista, sofisticada e com poder de escolha (THORNHAM, 2007). É por isso que a imagem da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa parece ter sido substituída por imagens de mulheres bem sucedidas, ambiciosas e assertivas, mulheres excepcionais que conseguiram triunfar no mundo marcadamente “masculino”. As questões estruturais que estão na base das desigualdades experienciadas não são, por isso, destacadas. Porém, as mulheres ideais são apresentadas como estando em uma esfera diferente da maioria – são a minoria bem-sucedida dentro do grupo dominado. Esses discursos, em que se sublinha uma espécie de distanciamento do grupo ao qual pertencem, demonstram que as exceções são ressaltadas pelo esforço e determinação individual, cruzando-se em alguns casos com a assunção de valores igualitários que absorveram as situações de desigualdade perpetuadas (OLIVEIRA, AMÂNCIO, 2002; NOGUEIRA, 2006). Aparentemente emancipadores esses discursos geram contradição e “a liberdade das mulheres permanece, assim, condicionada, e a mudança social controlada” (AMÂNCIO, 2002, p. 65).

Outro aspecto a realçar nesta análise é o modelo global de mulher apresentado nas fotografias e que parece indissociável da noção de corpo feminino, isto é, da valorização dos aspectos estéticos. Ainda no que concerne às imagens escolhidas, em muitos casos são fotografias conceituais que acompanham as narrativas, não servindo como ilustração do texto, mas criando uma dificuldade de identificação do contexto da representação. Quando as mulheres estão no centro da fotografia encontram-se muitas vezes em posições estáticas e sobretudo nos últimos anos aparecem mais sozinhas do que em grupo, apontando para a ausência do poder e ação coletivos.

Há o conflito ou a interseção entre a agenda política e dos movimentos, isto é, por um lado os meios de comunicação social apresentam uma polarização entre o que é estabelecido (por exemplo, através do recurso a fontes governamentais) e quem protesta (por exemplo, ativistas). Por outro lado, para as organizações da sociedade civil que reivindicam direitos e que aproveitam a efeméride tem

sido mais fácil entrar na agenda jornalística quando se trata de temáticas que marcam a agenda política (como exemplos temos sobretudo a lei da paridade e da despenalização do aborto).

A abordagem internacional da efeméride é quase ausente, com exceção dos primeiros anos de análise ou quando se relembra a gênese do dia. Verificamos que só existe um cruzamento quando esses jornais recebem notícias através das agências internacionais, recorrendo cada vez menos à pesquisa.

Embora as questões dos direitos das mulheres façam atualmente parte do discurso público, quando se coloca a tônica nos feminismos ainda existe um estigma muito grande associado à palavra e às/aos ativistas, pois parece que nas narrativas jornalísticas se mostra que ainda se trata de uma luta unicamente de mulheres. Não podemos, no entanto, negligenciar o fato de a cobertura noticiosa estar melhorando em termos da representação das organizações da sociedade civil, revelando um maior conhecimento e contribuindo para credibilizar e legitimar a causa feminista. Pensamos que essa alteração pode estar acontecendo pelo fato de as organizações terem cada vez mais estratégias de comunicação definidas, criando redes de contatos com as mídias e utilizando formas mais apelativas para furar os filtros jornalísticos.

Em relação às questões relacionadas com a sexualidade, verificamos que a heteronormatividade marca os discursos. Esses jornais nunca colocam em discussão outro tipo de relacionamento e quando abordam a questão da conciliação ou conflito família/trabalho, pergunta frequente para mulheres consideradas bem sucedidas na esfera pública, focam sempre no casamento, nos filhos e no que elas conseguem para articular as várias dimensões, acentuando a ligação ao biológico.

### **Mulheres que se destacam na cobertura jornalística**

Tendo como foco a efeméride do Dia Internacional das Mulheres, nesta análise também procuramos apresentar uma espécie de tipologia de “modelos de mulher” que vemos representada nos jornais analisados:

Um primeiro modelo é o que chamamos de Mulher-Exceção, ou seja, quando recorrem sucessivamente às mulheres-exceção remetem para o fato de que, globalmente, as mulheres continuam confinadas às tarefas social e culturalmente consideradas desinteressantes. Portanto, na esteira de Camps (2001), o reconhecimento não é feito com base na individualidade que lhe é reconhecida, mas no fato de ser mulher. Daí que elas continuem a ser apresentadas sempre pelo que “são”, mulheres, e não com a tônica nas ações efetuadas (GALLEGO, 2013);

O modelo de Mulher-Mártir, sofredora, vítima da sua própria existência. Vive os lamentos que o destino lhe reserva, também está presente nestes jornais, principalmente pela associação aos casos de violência doméstica;

Um terceiro modelo foi o que nomeamos como Mulher-Sobrevivente, pois ao contrário do modelo anterior é uma ativista que se manifesta a favor da transformação das estruturas de poder e das desigualdades sociais existentes. Ela tanto luta no meio dos homens por condições mais gerais, como está presente em manifestações por questões mais específicas como, por exemplo, pela despenalização do aborto;

Um último modelo é a Mulher-Complemento, que aparecem nestes jornais, não têm uma identidade independente. Este modelo de mulher faz jus ao ditado popular “por trás de um grande homem está uma grande mulher”. Podem assim ser definidas como mulheres-sombra, apesar da sua extrema visibilidade na esfera midiática. Um dos exemplos encontrado na análise efetuada é o das “primeiras-

damas”, que têm voz no âmbito da efeméride para contar as experiências na função que desempenham, a qual é complementar. Elas próprias assumem que nunca quiseram tirar o destaque aos maridos, dedicando-se a temáticas consideradas tradicionalmente mais próprias para o seu domínio, tais como os assuntos sociais e de educação.

Essas tipologias revelam que as mulheres que aparecem na imprensa, e nesses jornais em particular, acabam por romper a diversidade de mulheres e experiências existentes, colocando-as em gavetas, encerrando-as em traços que as homogeneizam. No palco da visibilidade cabem apenas molduras que encaixam nos papéis socialmente aceitos – mais antigos ou mais recentes – e que não saem da dita normalidade. Elas continuam a agradar aos homens, à família e à sociedade porque vão acumulando os papéis, entrando em áreas novas, mas sem nunca terem saído das esferas tradicionais. Nos casos em que nem chegam a entrar há essa ambição, esse vislumbrar de conciliação entre o trabalho e a família. Verifica-se uma internalização de papéis que coloca as possíveis transformações no domínio das escolhas pessoais, não interpretando as dinâmicas sociais. Já as mulheres anônimas apresentam uma entrada quase nula no palco da visibilidade jornalística. Se no dia a dia da informação são silenciadas (LOBO, 2011), no âmbito da efeméride mantêm-se na sombra (CERQUEIRA, 2012).

### Notas finais

Os resultados obtidos nesta análise fazem-nos questionar: Onde está a polifonia de vozes no espaço público e como é fomentada pela mídia *mainstream*? Como contornar os filtros da agenda jornalística? Que papel a internet e as redes sociais desempenham nessa lógica de negociação com os públicos? Estas poderiam ser algumas das questões mediante as narrativas encontradas nos jornais e que nos levam a falar de algumas mudanças, mas de muitas persistências e algumas reconfigurações discursivas, sobretudo pela aposta em narrativas que se orientam pelo “politicamente correto”.

Não podemos esquecer os efeitos sociais dessas representações, os quais mantêm a ordem social e o sistema vigente e só em poucos casos questionam o poder hegemônico, deixando pouca margem de ação para as “atoras sociais”. Além disso, é como se as desigualdades de gênero fossem responsabilidade das próprias mulheres, tornando invisível o papel da ideologia patriarcal e das estruturas sociais que envolvem todos os indivíduos. Simultaneamente, verifica-se uma invisibilidade das desigualdades múltiplas que atravessam as mulheres.

Concluindo, podemos afirmar que, apesar de predominantes, as representações estereotipadas do feminino coexistem com representações que invertem os papéis tradicionais de gênero, perpetuando uma ambivalência entre discursos dominantes e discursos de resistência, sendo esta muito mais visível nas narrativas recentes, mascaradas pelo “politicamente correto”. É nos meandros desses discursos contraditórios que se faz a luta midiática da efeméride. A propósito, em uma comunicação recente, Gaye Tuchman procurou refletir sobre a forma como o gênero e as mídias se modificaram desde 1978, ano em que editou o livro *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*, um dos pioneiros nessa área de investigação sobre gênero e mídia. A socióloga disse que ficava “espantada ao ver o quanto tanto mudou – e, também, o quanto tanto ficou na mesma” (TUCHMAN, 2009, p. 15). Esse fenômeno tem sido muito estudado no campo dos estereótipos sociais, onde à semelhança dos “novos racismos” se fala dos “novos sexismos”, que possuem uma linguagem aparentemente menos discriminatória, mas essa alteração acontece apenas na superfície, uma vez que a esses grupos não é “atribuído o estatuto de “pessoa” na sua plenitude e diversidade” (CABECINHAS, 2007, p. 282). Pensamos que essas conclusões justificam a pertinência dos estudos feministas das mídias na atualidade, em um tempo marcado pela cultura popular pós-feminista, pelo neo-liberalismo, onde as narrativas parecem centrar

o poder de agência nos sujeitos, mas não deixam de exercer sobre eles um controle sutil que contribui para a manutenção do *status quo*. É nesse sentido que consideramos fundamental desconstruir as mensagens jornalísticas veiculadas, contribuindo para o desenvolvimento de um sentido crítico aprimorado, quer por parte das/os profissionais, quer por parte das/os leitores.

### Referências Bibliográficas

ÁLVARES, C. The representation of the feminine in the Portuguese press: a content analysis of the Diário de Notícias newspaper. In: *European Communication and Research Association (ECREA) Symposium*, 11 e 12 de outubro. Bruxelas: Bélgica, 2007 Disponível em: <[http://sections.ecrea.eu/Brussels07/papers/alvares\\_p.pdf](http://sections.ecrea.eu/Brussels07/papers/alvares_p.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Tracing gendered (in)visibilities in the Portuguese quality press. In: KRIJNEN, T.; ÁLVARES, C., VAN BAUWEL, S. (Orgs.). *Gendered Transformations. Theory and Practices on Gender and Media*. Bristol: Intellect, 2010. p. 25-42.

AMÂNCIO, L. O gênero nos discursos das ciências sociais. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 168, p. 687-714, 2003.

ASHLEY, L.; OLSON, B. Constructing reality: print media's framing of the women's movement, 1966-1986. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v. 75, n. 2, p. 263-276, June 1998.

BARAKSO, M.; SCHAFFNER, B. Winning coverage: news media portrayals of the women's movement, 1969-2004. *The International Journal of Press/Politics*, v. 11, n. 4, p. 22-44, 2006.

BARRENO, M. I. *A imagem da mulher na imprensa*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1976.

BETTERTON, R. *Looking on, images of femininity in the visual arts and the media*. Londres: Pandora, 1987.

BOORSTIN, D. *The Image: A guide to pseudo-events in America*. Nova York: Harper Colophon Books, 1961.

BURD, G. Mass media coverage of conflict and civil disorder: pseudo-events as agents for change. *African Journalism Studies*, v. 10, n. 1-2, p.165-178, 1989.

BYERLY, C.; ROSS, K. *Women & media: a critical introduction*. Malden: Blackwell, 2006.

CABECINHAS, R. *Preto e branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras, 2007.

CAMPS, V. *O Século das Mulheres*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

CAREY, J. The dark continent of American journalism. In: MANOFF, R. K., SCHUDSON, M. (Orgs.). *Reading the News*. Nova York: Pantheon Books, 1986. p. 146-197.

CARTER, C.; STEINER, L. *Critical readings in media and gender*. Maidenhead: Open University Press, 2004.

CERQUEIRA, C. B. A imprensa e a perspectiva de gênero: quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. *Observatório (OBS) Journal*, v. 5, n. 1, p. 139-164, 2008.

CERQUEIRA, C. B.; CABECINHAS, R. Políticas para a igualdade entre homens

e mulheres nos media: da (inov)ação legislativa à mudança social. *Ex Aequo*, n. 25 (Dossiê temático: políticas de igualdade sexual em Portugal: evoluções, instrumentos e protagonistas), p.105-118, 2012.

CERQUEIRA, C. B. *Quando elas (não) são notícia: mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*. 2012, 572 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2012.

COMISSÃO PARA IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (CIDM). *Estratégias Internacionais para a igualdade de género: a plataforma de acção de Pequim (1995-2005)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005.

DEAN, J. Feminism in the papers. *Feminist Media Studies*, v. 10, n. 4, p. 391-407, 2010.

DÍEZ, P. Representación de género en los informativos de radio y televisión: segundo informe. Madrid: Instituto Oficial de Radio y Televisión, 2005. Disponível em: <<http://www.rtve.es/oficial/iortv/SegundoInforme.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FALUDI, S. *Backlash: The undeclared war against women*. Nova York: Crown Publishers, 1991.

FARRÉ, J. et al. Telediario y género: la presencia de la mujer en los telediarios, Barcelona: Institut Català de la Dona, 1998. Disponível em: <[http://www.iaa.upf.es/formats/formats2/far\\_e.htm](http://www.iaa.upf.es/formats/formats2/far_e.htm)>. Acesso em: 26 out. 2013.

FIDALGO, M. V. *Menina e moça: um ideal de formação feminina: 1960-1970*. Lisboa: CIDM, 2002.

GALLAGHER, M. *Unequal opportunities: the case of women and the media*. Paris: UNESCO, 1981.

\_\_\_\_\_. *Gender setting: new agendas for media monitoring and advocacy*. Londres: Zed Books, 2001.

\_\_\_\_\_. Perspectiva feminista sobre os media. *Ex aequo*, n. 14, p. 11-34, 2006.

GALLEGO, J. Género e representação pública: realidades e desejos. In: Silveirinha, M. J. (Org.). *Gênero media e espaço público*. *Revista Media & Jornalismo*, v. 8, n. 2, p. 43-54, 2009.

\_\_\_\_\_. *De reinas a cidadanas: motor o rémora para la igualdad*. Espanha: Aresta, 2013.

GILL, R. *Gender and the media*. Cambridge: Polity Press, 2007.

GORJÃO, V. Oposição feminina, oposição feminista ao Estado Novo. In: AMÂNCIO, L. et al. (Orgs.). *O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. p. 108-123.

GREVER, M. The pantheon of feminist culture: women's movements and the organisation of memory. *Gender and History*, v. 9, n. 2, p. 364-374, Aug. 1997.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Symians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991. p. 183-202.

KAPLAN, T. On the socialist origins of international women's day. *Feminist Studies*, v. 11, n. 1, p. 163-171, 1985.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.

LAZAR, M. *Feminist critical discourse analysis: gender, power and ideology in discourse*. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

LOBO, P. *Desigualdades de género no acesso à esfera pública – uma análise crítica dos conteúdos noticiosos televisivos*. 2011, 287 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2011.

MACHIN, D. *Introduction to multimodal analysis*. Londres: Hodder Arnold, 2007.

MAGALHÃES, M. J. *Movimento feminista e educação: Portugal, década de 70 e 80*. Oeiras (PT): Celta Editora, 1998.

MCCOMBS, M.; REYNOLDS, A. News Influence on our pictures of the world. In: BRYANT, J.; ZILMANN, D. (Orgs.). *Media effects – advances in theory and research*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum, 2002. p. 1-18.

MCNEIL, J. Feminism, femininity and the television shows: a content analysis. *Journal of Broadcasting*, v. 19, p. 259-269, 1975.

MONTEIRO, T.; POLICARPO, V. *As mulheres nos media portuguesas: um estudo exploratório*, 2002. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

MOTA-RIBEIRO, S.; PINTO-COELHO, Z. Imagens de mulheres na imprensa portuguesa. In: *Actas do IV congresso da SOPCOM: repensar os media: novos contextos da comunicação e da informação*, 20 e 21 de outubro. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/5742/1/20120120162824440.pdf>>. Acesso em: 3 out 2013.

NOGUEIRA, C. *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. Os discursos das mulheres em posições de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.

OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO (Obercom). *Anuário da Comunicação 2005-2006*, 2006. Disponível em: <[http://www.obercom.pt/client/?newsId=342&fileName=anuario\\_2005\\_2006.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=342&fileName=anuario_2005_2006.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2013.

OLIVEIRA, J.; AMÂNCIO, L. Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 40, p. 45-61, 2002.

PATEMAN, C. Beyond the sexual contract. In: Dench, G. (Org.). *Rewriting the sexual contract*. Londres: Institute of Community Studies, 1997. p. 1-9.

PIMENTEL, I. F. *História das organizações femininas no Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo, as mulheres e o feminismo. In: Amâncio, L. et al. (Orgs.). *O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. p. 90-107.

PLAZA, J.; Delgado, C. *Género y comunicación*. Madri: Fundamentos, 2007.

RHODES, D. Media images, feminist issues. *Signs*, v. 20, n. 3, p. 685-710, 1995.

ROBINSON, L. *Sex, class and culture*. Nova York: Methuen, 1978.

- ROBLEDANO, J. Documentación fotográfica en medios de comunicación social. In: MOREIRO, J. A. (Org.). *Manual de documentación informativa*. Madri: Cátedra, 2000. p. 183-290.
- ROJO, L.; GALLEGO, J. Argumentação e inibição: o sexismo no discurso dos executivos espanhóis. In: PEDRO, E. (Org.). *Análise crítica do discurso – uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 313-352.
- ROSS, K. *Gendered media: women, men, and identity politics*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- SILVEIRINHA, M. J. Os media e as mulheres: horizontes de representação, de construção e de práticas significantes. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *As mulheres e os media*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 5-12.
- \_\_\_\_\_. Introdução. *Revista ExAequo (representações mediáticas de mulheres)*, n. 14, p. 5-9, 2006.
- \_\_\_\_\_. Apresentação: de como tanto mudou e como tanto ficou na mesma. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Género, media e espaço público. Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, v. 8, n. 15, p. 7-14, 2009.
- STEEVES, L. The global context of women in communication. In: CREEDON, P.; CRAMER, J. (Orgs.). *Women in mass communication*. Thousand Oaks: Sage, 2007. p. 191-206.
- TAVARES, M. Movimentos de mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto Editores, 2011.
- TEJEDOR, Y. Comunicando más allá de la dicotomía de género. In: PLAZA, J.; DELGADO, C. (Orgs.). *Género y comunicación*. Madri: Fundamentos, 2007. p. 169-188.
- THORNHAM, S. *Women, feminism and media*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2007.
- TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. Nova York: Free Press, 1978.
- \_\_\_\_\_. Introduction: the symbolic annihilation of women by mass media. In: TUCHMAN, G. et al. (Orgs.). *Hearth and home: images of women in the mass media*. New York: Oxford University Press, 1979. p. 3-38.
- \_\_\_\_\_. Media, género, nichos. In: SILVEIRINHA, M. J. (Org.). *Género, media e espaço público. Revista Media & Jornalismo*, v. 8, n. 15, p. 15-24, 2009.
- VAN DIJK, T. *News analysis – case studies of international and national news in the press*. Nova Jersey: Laurence Erlbaum Associates, 1988.
- VAN ZONEN, L. *Feminist media studies*. Londres: Sage Publications, 1994.
- \_\_\_\_\_. Preface. In: KRIJNEN, T. et al. (Orgs.). *Gendered transformations: theory and practices on gender and media*. Bristol: Intellect, 2010. p. 1-8.
- VICENTE, A. *Os poderes das mulheres, os poderes dos homens*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- VILCHES, L. *Teoría de la imagen periodística*. Barcelona: Paidós Editora, 1993.
- WACKWITZ, L.; RAKOW, L. Got theory? In: CREEDON, P.; CRAMER, J. (Orgs.). *Women in mass communication*. Londres: Sage, 2007. p. 257-272.